



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

TATE/SEFIN
Fls nº 120

PROCESSO Nº : 20172700400014
RECURSOS DE OFÍCIO : 002/2023
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : DISTRIBOI – IND, COM E TR. DE CARNE BOVINA LTDA
JULGADOR RELATOR : REINALDO DO NASCIMENTO SILVA

RELATÓRIO Nº : 081/25– 1ª CÂMARA/TATE/SEFIN

2. Voto.

2.1. Análise.

A controvérsia substancial que emerge do processo está relacionada à decadência do direito de constituir o crédito tributário.

O julgador singular, acompanhado pelos doutos Procurador do Estado e Representante Fiscal, entende, consoante consignado na decisão monocrática, que o lançamento foi consumado após o prazo decadencial e que o auto de infração, em consequência, é improcedente.

Contra isso, se posicionou o autor do feito.

2.1.1. Fatos.

Há de se registrar, antes de qualquer outro aspecto, para aferir se o crédito tributário foi lançado dentro do prazo legal, que:

- a) o auto de infração foi lavrado no dia 29/12/2017 (fl.02);
- b) a ciência acerca da autuação, por seu turno, ocorreu em 13/03/2018, por meio de intimação pessoal (fl. 02);
- c) os fatos que levaram a autuação ocorreram no ano de 2012 (campo "período fiscalizado" do auto de infração, fl. 02).

2.1.2. Direito.

Em consonância com o Código Tributário Nacional - CTN, em se tratando de lançamento por homologação, que é a hipótese em exame, haveria duas regras para a contagem do prazo decadencial, a saber:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

TATE/SEFIN
Fls nº 22

"LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. (Código Tributário Nacional)

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

(...)

§ 4º Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

(...)

Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;"

Em relação à notificação do lançamento e sua relação com o prazo decadencial, temos:

"Súmula nº 622 - STJ

A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial." (grifei)

"Enunciado 002 – TATE-SEFIN-RO

Para uniformizar a aplicação do art. 150, § 4º e do art. 173, inciso I, do CTN, na análise da decadência, o Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE firmou o seguinte entendimento.

I - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário (Súmula 622 – STJ).

(...)"

2.1.3. Manifestação do fisco.

Com relação à manifestação do autor do feito, teço as seguintes conclusões.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

IAIE/SEFIN
Fls nº 122

Em primeiro lugar, o registro do auto de infração no SITAFE, por não estar entre as hipóteses elencadas no *caput* do art. 112, não constitui meio admissível ou válido de intimação (ou notificação) ao sujeito passivo.

Com isso, há de se concluir que a notificação da autuação não ocorreu com o registro do auto de infração no SITAFE (29/12/2017), mas, sim, por ocasião da intimação pessoal (13/03/2018).

O art. 6º da Instrução Normativa nº 011/2008/GAB/CRE, por seu turno, preconiza:

"INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 011/2008/GAB/CRE

Art. 6º Nas auditorias fiscais, os Autos de Infração originados do procedimento serão lavrados até a data de encerramento da Designação de Fiscalização de Estabelecimento (DFE) e seus números constarão no termo de encerramento de fiscalização.

Parágrafo único. A notificação do lançamento originado de Auto de Infração e a intimação para que o sujeito passivo integre a instância administrativa far-se-ão nos termos do artigo 858 do RICMS/RO, desvinculando-se da Designação de Fiscalização de Estabelecimento (DFE) e, inclusive, podendo ocorrer após a data de seu encerramento."

Ou seja, se o auto de infração for lavrado até a data de encerramento da DFE e a notificação da autuação ocorrer após esse momento, o lançamento estará em consonância com os procedimentos especificados na referida norma.

Sucedee, contudo, que essa Instrução Normativa, embora trate de legislação tributária, estabelecendo prazos e medidas relacionados à execução de procedimentos fiscais, não cuida de regras de decadência, nem tem o condão de alterar o que estabelecem as normas que disciplinam essa matéria.

Deve-se lembrar, ainda, para a solução do caso em questão, pela pertinência, que o prazo decadencial, em relação à matéria tratada, é o tempo admitido em lei para a constituição do crédito tributário.

Se considerarmos ainda, como tratado anteriormente, que esse prazo cessa com a notificação do auto de infração (Súmula nº 622 do STJ), há de se inferir, entre outros, que a referida constituição do lançamento se dá com a notificação da autuação e que ela, a notificação, por óbvio, não pode acontecer após o mencionado prazo (decadencial).

2.1.4. Caso em exame.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS
1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

TATE/SE.FIN
Fls nº 123

Considerando que os fatos ocorreram no ano de 2012, o prazo para constituir o crédito tributário:

- a) de acordo com o art. 150, § 4º, do CTN, se encerraria nos meses de 2017;
- b) e, em relação ao art. 173, I, do mesmo diploma legal, em 01 de janeiro de 2018.

Como o auto de infração foi levado a conhecimento do sujeito passivo, por meio de intimação pessoal, em 13/03/2018, há de se concluir que o lançamento, independente da regra de contagem que se adote (art. 150, § 4º, do CTN ou art. 173, I, do mesmo diploma legal), foi, de fato, consumado (constituído) após o prazo legal.

Com fulcro em todo exposto, há de afastar a exigência de que trata este processo, como indicado em instância singular, em razão da decadência (direito de lançar).

2.2. Conclusão.

Por todo o exposto, conheço do recurso de ofício interposto para negar-lhe provimento, mantendo, com isso, a decisão de primeira instância que julgou improcedente o auto de infração.

É como voto.

TATE, Sala de Sessões, 16/09/2025.

Reinaldo do Nascimento Silva

AFTE Cad.

– JULGADOR

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : 20172700400014 - FÍSICO
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 002/2023
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : DISTRIBOI – IND., COM. DE TRANSP. DE CAR. BOV. LTDA
RELATOR : REINALDO DO NASCIMENTO SILVA

ACÓRDÃO Nº 0174/2025/1ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

EMENTA : ICMS/MULTA – APROPRIAÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITOS FISCAIS - DECADÊNCIA. Restou provado que o lançamento de ofício foi constituído após o prazo legal., pois se refere a fatos geradores ocorridos no ano de 2012 e a notificação se deu em 13 de março de 2018, logo, fora do prazo em que a fazenda pública teria para constituir o lançamento. Reconhecida a decadência por aplicação da Súmula nº 622 do STJ e Enunciado 002 TATE-SEFIN/RO, inciso I. Recurso de ofício desprovido. Manutenção da decisão a quo que julgou IMPROCEDENTE o Auto de Infração. Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE**, à unanimidade em conhecer dos recursos interpostos para no final negar-lhe provimento, mantendo a decisão de Primeira Instância que julgou **IMPROCEDENTE** o auto de infração, conforme Voto do Julgador Relator Reinaldo do Nascimento Silva, acompanhado pelos julgadores Manoel Ribeiro de Matos Junior, Juarez Barrêto Macedo Júnior e Amarildo Ibiapina Alvarenga.

TATE, Sala de Sessões, 16 de setembro de 2025.

Fabiano Emanuel F. Caetano
Presidente

Reinaldo do Nascimento Silva
Julgador/Relator